

**PERSPECTIVAS DA
EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA: A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO
BIBLIOTECAS POPULARES
EM ASSENTAMENTOS
RURAIS DO RIO DE
JANEIRO**

*PERSPECTIVES OF UNIVERSITY
EXTENSION: THE EXPERIENCE OF
THE PROJECT POPULAR LIBRARIES
IN RURAL SETTLEMENTS ON RIO
DE JANEIRO*

*PERSPECTIVAS DE EXTENSIÓN
UNIVERSITARIA: LA EXPERIENCIA
DEL PROYECTO BIBLIOTECAS
POPULARES EN ASENTAMIENTOS
RURALES DE RIO DE JANEIRO.*

Paulo Roberto Raposo Alentejano
Professor Titular UERJ/FFP, AGB RIO
paulinhochinelo@gmail.com

Igor Mendonça Ribeiro dos Santos
Graduando em Geografia pela FFP/UERJ
igor.geografia22@gmail.com

Resumo

O presente texto tem o objetivo de refletir sobre as ações do projeto intitulado *Bibliotecas Populares nos assentamentos rurais do Rio de Janeiro*, através das contribuições teóricas de Paulo Freire acerca da extensão universitária e do método Investigação-Ação-Participação desenvolvido por Orlando Fals Borda. Tal inquietação surge da necessidade de repensar o papel da universidade pública a ser desempenhado na sociedade brasileira contemporânea, diante de uma intensificação das disputas no campo ideológico nos últimos anos.

Palavras-chave: Extensão, Bibliotecas Populares, Investigação-Ação-Participação.

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA	Niterói (RJ)	2024 v. 4 n. 2 (jul-dez) 2025 v. 5 n. 1 (jan-jun)	e-ISSN: 1980-9018
---------------------------------------	--------------	--	-------------------

Abstract:

The purpose of the present text is to reflect upon the activities of the project entitled Bibliotecas Populares in rural settlements in Rio de Janeiro, through the theoretical contributions of Paulo Freire about university outreach and the Research-Action-Participation method developed by Orlando Fals Borda. Such concern arises from the need to rethink the role of the public university in contemporary Brazilian society, amidst intensifying ideological disputes in recent years.

Keywords: Extension, Popular Libraries, Research-Action-Participation.

Resumen:

Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre las acciones del proyecto Bibliotecas Populares en asentamientos rurales de Río de Janeiro, a través de los aportes teóricos de Paulo Freire sobre la extensión universitaria y el método Investigación-Acción-Participación desarrollado por Orlando Fals Borda. Esta preocupación surge de la necesidad de repensar el papel de la universidad pública en la sociedad brasileña contemporánea, dada la intensificación de las disputas en el campo ideológico en los últimos años.

Palabras-clave: Extensión, Bibliotecas Populares, Investigación-Acción-Participación.

Introdução

Faz-se importante o papel social que as universidades públicas desempenham na sociedade, sobretudo devido a sua tríplice função ensino-pesquisa-extensão. Entretanto, a forma como a extensão (foco de nossa problematização) é concebida, incide diretamente nos processos e resultados desenvolvidos pelos projetos de pesquisadores/as e grupos de pesquisa e extensão. Diante disso, é possível que determinados projetos, mesmo que bem-intencionados, contribuam para a perpetuação de uma estrutura desigual e opressora. A extensão universitária não deve ser resumida em simplesmente "compartilhar o conhecimento produzido nas universidades com a sociedade, levando projetos e saberes científicos até a comunidade", pois esta seria uma concepção equivocada do ponto de vista gnosiológico. (Freire, 1983)

Gadotti (2017: 2) sustenta que historicamente duas vertentes de extensão universitária têm se confrontado: uma assistencialista e outra popular.

A primeira entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. (...) A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. (...) A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha.

O projeto de extensão "Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro", é um dos eixos do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (*GeoAgrária*) da FFP/UERJ, e vem se desenvolvendo desde 2003 em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio de Janeiro, e desde 2017 junto também ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Originalmente o trabalho se construiu em assentamentos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas posteriormente se estendeu para assentamentos localizados no interior do estado.

Com esta parceria, foram construídas coletivamente cartilhas e vídeos contando a história de luta pela terra, e organizadas bibliotecas populares em cada assentamento trabalhado, contribuindo para a preservação da memória de luta pela terra, reafirmando a identidade dos trabalhadores rurais sem terra e a mobilização destes para continuar a sua luta pela democratização da sociedade. Por outro lado, contribui também para colocar o saber universitário a serviço destes trabalhadores, de forma coerente com o papel social que a universidade deve desempenhar.

Neste sentido, o projeto de extensão busca pautar suas ações baseadas nas reflexões trazidas por Paulo Freire (1983) e Orlando Fals Borda (2015), a fim de se exercer a concepção crítica da extensão universitária, contribuindo com a sociedade em busca da transformação social. Tal ruptura com a ideia extensionista de domesticação dos/as educandos/as é uma das formas de fazer com que a universidade contribua com o desenvolvimento de setores marginalizados da sociedade, diante de uma ofensiva do capital que almeja transformar as extensões universitárias em agências de serviços à disposição dos processos de valorização do capital.

Diante disso, é fundamental a compreensão-apreensão das contribuições de Orlando Fals Borda no campo do pensamento crítico latinoamericano, do Paulo Freire no campo da educação popular, dos trabalhos educativos com camponeses e sua análise semântica do termo extensão. A apropriação deste assunto deve ser acompanhada de um contínuo processo de problematização e conscientização por parte dos/as pesquisadores/as extensionistas, principalmente se o público com qual interação pertence a e vive em uma outra realidade, que não aquela do/a pesquisador/a-extensionista. É necessário exercitar a consciência do saber pouco, a fim de se preparar para saber mais (FREIRE, 1983).

Extensão universitária e pesquisa militante

Paulo Freire, no seu livro "Extensão ou comunicação?" (1983) destaca que o uso do termo 'Extensão' merece uma reavaliação, levando em conta que o trabalho do pesquisador, não é um trabalho de estender suas mãos ou algo a alguém - no sentido semântico da palavra - mas sim, de comunicar suas técnicas e conhecimentos, na

base do diálogo comunicativo. Sendo assim não há sujeito passivo nessa relação, com a proposta de um trabalho conjunto, com determinados grupos, que também tem o seu saber, sobretudo de vivência empírica, e com esse trabalho coletivo, obter uma nova reflexão sobre mundo e sociedade, que acarreta numa transformação social. Considerando assim, o homem (e a mulher), como um ser de permanente relação com o mundo, o qual ele transforma a partir do seu trabalho.

Gadotti (2017: 6) destaca a contribuição de dois livros de Paulo Freire para a fundamentação de uma extensão universitária numa perspectiva popular: "o livro *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1974), focado na categoria **diálogo**, e o livro *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996), aprofundando a noção de **autonomia**."

É nesse sentido que muitas atividades internas do GeoAgrária caminham na tentativa de construção de uma concepção de extensão pautada na intercomunicação e interconscientização. Estes esforços - que são possíveis devido ao grupo de estudos e ao projeto de *extensão* - são indispensáveis para o reconhecimento de que nós, extensionistas, metropolitanos e urbanos, não estamos isentos de condicionamentos socioculturais. De acordo com BRINGEL & MALDONADO (2016) o cientista não é um ser a-histórico ou a-social, livre de condicionamentos, ele é "ser-no-mundo" e "ser-do-mundo", ou seja, está inserido e faz parte de uma totalidade. Dado este passo da conscientização pessoal, o próximo caminho seria o de refletir sobre os condicionamentos socioculturais dos camponeses.

Neste aspecto, é natural que os/as extensionistas entrem em conflito. Afinal, como criar um referencial do mundo mágico do camponês, tendo pouco ou nenhum contato com a vida no campo? Como acompanhar Paulo Freire na concepção educativa que gira em torno da problematização do homem-mundo, limitando o "mundo" a, no máximo, o município vizinho? Diante dessas questões, utiliza-se outras ferramentas essenciais na formação do/a geógrafo/a pesquisador(a): os trabalhos de campo e o estágio interdisciplinar de vivência.

Buscando essa aproximação do/a pesquisador(a) urbano/a com o mundo sociocultural (ou mágico) dos/as camponeses/as, inúmeras visitas são feitas aos assentamentos e comunidades parceiras. Embora haja esforços de não estar exercendo, mesmo

inconscientemente, a prática extensionista criticada por Paulo Freire, ainda sim pode ocorrer alguma fala ou ação antidialógica. Por isso, é importante que se busque refletir em torno dos signos, a fim de se diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado (FREIRE, 1969, p.68).

O/a pesquisador(a) extensionista há de ter o cuidado com a metodologia utilizada para a construção de um trabalho com a sociedade, para que não recaia em uma invasão cultural, destacada por FREIRE (1983) como manipulação ou messianismo de quem invade um determinado espaço. Para que isso não ocorra, deve-se pensar em estratégias que não sirvam como instrumentos de persuadir esses invadidos, ou caracterizá-los como objetos da ação analisada, descaracterizando suas culturas. Sendo assim, a manipulação dos indivíduos se dá como uma estratégia antidialógica da ação, pois a afirmação do homem (e da mulher) como sujeito só pode ser medida a partir do seu engajamento na ação transformadora da realidade (FREIRE, 1983, p.27).

A abordagem das extensões universitárias no Brasil acompanha um longo histórico de discussões, contradições e polêmicas. Essa trajetória de paradoxos se confunde não só com a história da Educação brasileira, como também com a do país. FREIRE, BARBOZA & SILVA (2003: 17) apontam que as primeiras menções ao termo "extensão" ocorreram com o Estatuto das Universidades Brasileiras — Decreto nº 19.851, de 11/04/1931, conjunto de decretos que culminaram na chamada Reforma Francisco Campos. No contexto da Revolução de 1930, tais decretos tinham como principal finalidade a manutenção da educação enquanto um privilégio de uma elite, e com isso, as atividades de extensão neste momento nada trariam de inovador, na medida em que contribuíam para a perpetuação desse modelo ao se limitarem a realização de cursos. Vemos, assim, que foi dentro de um governo ditatorial, com concepções elitistas, que se busca, pela primeira vez na história brasileira, através da extensão, criar uma aproximação da Universidade com a sociedade (FREIRE et al. 2003: 18)

Nos anos 1950, a temática da reforma universitária reaparece nos debates, diante das movimentações sociais que se intensificaram neste período.

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto *UNE Volante*, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o *Movimento de Cultura Popular (MCP)*, o *Movimento de Educação de Base (MEB)* e o *Centro Popular de Cultura (CPC)* da UNE. (GADOTTI, 2017: 1)

Esta atmosfera de questionamentos e reformulações que ganhara força durante os debates ao longo de uma década foram interrompidos por ocasião do Golpe de Estado de 1964. FREIRE et al. (2003: 19) reforçam o teor das reformas que viriam a vigorar na ditadura:

O regime militar deixou evidente, sobretudo nos documentos que anunciaram a Reforma Universitária de 1968, que as instituições universitárias deviam intrrometer-se nos problemas sociais em conformidade com a definição governamental, sem interferir ou ameaçar o interesse do mesmo.

Os impactos advindos desse trágico episódio da história do país levaram a um forçado esvaziamento dos debates em torno das concepções de Universidade e extensões necessárias e atreladas aos anseios da sociedade brasileira. Porém, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a ditadura empresarial-militar perdera forças gradativamente, e o país sinalizava, ainda que muito lentamente, o retorno da sua frágil democracia. Esta década foi marcada por importantes transformações em diversos segmentos da sociedade brasileira. Por exemplo, a Associação Nacional dos Docentes do

Ensino Superior foi fundada em 1981, sete anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Através dos seus grupos de trabalho, a ANDES permaneceu conectada às lutas sociais, para além do debate da educação. Após a Constituição de 1988, que legalizou a sindicalização de servidores públicos, a associação passou a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - passando a ter a sigla Andes-SN - contribuindo diretamente para o enfrentamento de problemas históricos da sociedade brasileira.

Uma das bandeiras fundamentais da/o Andes foi a afirmação da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, bem como a retomada de uma concepção de extensão vinculada às lutas sociais e que valorizasse o saber popular. Esta perspectiva da/o Andes foi encampada pelos segmentos dirigentes das universidades.

*A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras- hoje "Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras" - o FORPROEX, em novembro de 1987, foi decisiva para o avanço que se deu a seguir. Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade. O **saber acadêmico** e o **saber popular** se reencontravam. (GADOTTI, 2017: 2)*

A Constituição Federal de 1988, marco do processo de redemocratização do país, representou consideráveis avanços nos direitos dos cidadãos brasileiros, com alguns destaques na educação. O direito à Educação, a escolarização obrigatória e o papel mais abrangente do Estado não foram os únicos avanços: a educação é classificada como um direito fundamental social, regida pelos parâmetros estabelecidos no Capítulo III, artigos 205 a 214 da CF (WERNER, Patrícia. 2017). Além disso, avançou na valorização dos

profissionais de ensino, garantindo o ingresso através de concursos públicos.

O art. 206 da CF preconiza que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (i) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (ii) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (iii) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (iv) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (v) valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (vi) gestão democrática do ensino público, na forma da lei; (vii) garantia de padrão de qualidade; (viii) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (WERNER, Patrícia. 2017).

Outra conquista a ser destacada na Constituição de 1988, destaca Werner (2017), diz respeito à autonomia universitária.

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do art. 207 da CF, extensivo às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Isto permite que as universidades admitam professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

É também através do texto constitucional que emerge a ideia do indissociável tripé universitário, compreendido, como o diálogo do ensino, da pesquisa e da extensão, estabelecendo em seu art. 207, que *"As universidades (...) obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão"*. Servindo

desta forma o tripé universitário para definir o papel das universidades brasileiras perante a sociedade, de forma a criar um pacto entre as Instituições de Ensino Superior. Assim, a partir de 1988, as instituições de ensino superior, deveriam trabalhar esses três eixos de forma inseparável, de modo que vá pontuar Cortez (2020), a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

Diante da agenda neoliberal imposta por organismos multilaterais no início dos anos 1990, a "mentalidade privatizante" incorporada nas políticas de Estado, sobretudo no governo FHC, reacende as discussões em torno da extensão no Ensino Superior. Segundo FREIRE et al. (2003: 19) a cartilha do Consenso de Washington, previa que o Estado deveria se desvencilhar da manutenção da educação superior, deixando esta a cargo da iniciativa privada, se ocupando apenas da educação básica e média. Logo, a lógica empresarial deu ao Ensino Superior do país uma nova cara, muito diferente das universidades e dos centros de excelência baseados no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Adentrando a segunda década do século XXI, muitas das inquietações do século passado não foram superadas e inclusive se apresentam como velhos-novos problemas. Perante a intensificação das ofensivas do capital, interessados em funcionalizar a universidade e transformar a extensão numa agência de serviços disponível, Boaventura de Sousa Santos (2003) destaca a centralidade dessa área nas disputas ideológicas a médio e longo prazo. Para evitar isso, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (Santos, 2011: 74). FREIRE et al. (2003: 21) também destacam a importância da temática:

O tema da extensão e seu significado nas Universidades brasileiras continua sendo de suma importância, dentro dessa longa batalha, agravada pelas políticas de cunho neoliberal, para aproximar

os objetivos das Universidades públicas aos
interesses revelados pela problemática social.

O caminho para que haja uma ação transformadora da realidade passa pela existência de um diálogo entre pesquisador(a) e as bases de determinadas comunidades ou movimentos. O antidiálogo vai ser apenas uma ferramenta de manipulação de massas que deve ser descartada enquanto método de trabalho. Dialogar é vivenciar o espaço trabalhado, e empenhar-se sempre em uma mudança constante de realidade, tendo a atenção de não se utilizar de práticas que irão manipular ou invadir determinadas culturas e territórios analisados. Ou seja, os indivíduos não podem ser tratados como objetos da ação, e sim como agentes de mudança tal qual o/a próprio/a pesquisador(a) extensionista. Se for diferente disso, estará sempre manipulando, conduzindo ou domesticando estes homens (FREIRE, 1983, p.29).

Outro aspecto que precisa ser necessariamente trabalhado, refletido e problematizado, diz respeito à relação entre pesquisadores e sujeitos. Neste ponto, cabe destacar as contribuições de Orlando Fals Borda, revendo a relação sujeito-objeto e teoria-prática. Segundo o sociólogo colombiano faz parte da construção de uma ciência crítica e comprometida com transformação da realidade, a permanente busca por metodologias de pesquisa baseadas na construção participativa do conhecimento, onde o/a pesquisador(a) não se coloque em um espaço de exterioridade, fortalecendo a cisão entre pesquisador-objeto-sujeito (BRINGEL e MALDONADO, 2016)

Pensando em possibilidades de transformação de realidade através de ações participativas, e como forma de construir uma sociologia descolonizada, Fals Borda propõe o método de trabalho denominado de "Investigación-Acción-Participação", com medidas através da práxis que vinculam o diálogo do/a pesquisador(a) com as bases subalternas em meio

ao avanço do conhecimento sociológico (BRINGEL e MALDONADO, 2016, p.392). Nesse sentido, o marxismo é adotado enquanto metodologia de trabalho teórico-prático, o que vai resultar no método de pesquisa da Investigação-Ação-Participação (I.A.P). De acordo com Fals Borda (2015):

El esfuerzo de investigación-acción se dirigió a comprender la situación histórica y social de grupos obreros, campesinos e indígenas colombianos, sujetos al impacto de la expansión capitalista, es decir, al sector más explotado y atrasado de nuestra sociedad. Este trabajo implicó adelantar experimentos muy preliminares o sondeos, sobre cómo vincular la comprensión histórico-social y los estudios resultantes, a la práctica de organizaciones locales y nacionales conscientes (gremiales y/o políticas) dentro del contexto de la lucha de clases del país. (FALS BORDA, 2015, p.2)

As contribuições de intelectuais progressistas latinoamericanos do século XX criaram as condições para que a pesquisa-ação fosse direcionada para compreender a situação histórica e social dos grupos historicamente oprimidos. Fals Borda (2015), destaca em diversas passagens do livro "Una sociología sentipensante para América Latina", as experiências sobre como vincular a compreensão histórica social e a pesquisa científica rumo à construção participativa de mudanças radicais na sociedade.

Alguns dos elementos que impedem a realização de uma análise, e consequentemente, interpretação mais fiel à realidade, foram identificados por Fals Borda (2015), que aponta desde a métodos mecanicistas a procedimentos adotados pela ciência positivista. Além disso, critica o usual costume de se distinguir objeto-sujeito:

La diferencia del observador naturalista se sabe que en las disciplinas sociales el observador forma parte del universo por observar. Esta condición especial había sido oscurecida por los cánones positivistas sobre la "objetividad" y la "neutralidad" en la ciencia, con la consecuencia de que algunas técnicas de campo como la "observación participante" y la "observación por experimentación" (muy conocida entre antropólogos) tendían a conservarlas diferencias entre el observador y lo observado. Además, tales técnicas "neutrales" dejaban a las comunidades estudiadas como víctimas de la explotación científica.¹¹ Como una posible alternativa, desde antes se había propuesto la "inserción en el proceso social". En este caso se exigía del investigador su plena identificación con los grupos con los cuales entraba en contacto, no sólo para obtener información fidedigna, sino para contribuir al logro de las metas de cambio de esos grupos. Se diferenciaba así esta técnica de las anteriores en que se reconocía a las masas populares un papel protagonista, con la consiguiente disminución del papel del intelectual-observador como monopolizador o contralor de la información científica. (FALS BORDA 2015 p.262)

Diante disso, segundo Fals Borda, o materialismo histórico, baseado no marxismo, serve como um instrumento de luta para auxiliar no trabalho de pesquisa-ação, e ao mesmo tempo, um guia para entender os problemas que surgem, pois ele revela a essência da ordem social capitalista imposto pela burguesia para encobrir as situações de lutas de classe. Porém, a ideia central do uso da práxis dentro do contexto de materialismo histórico era a possibilidade de se criar e possuir conhecimento científico na ação das próprias massas trabalhadoras, ou seja, que a pesquisa social baseada em uma ação política pode tanto ser usada para uma maior eficácia no trabalho de pesquisa-ação quanto para a compreensão da

realidade, onde, a práxis é entendida como uma unidade dialética formada pela teoria e pela prática, na qual a prática é ciclicamente determinante.

La práctica permitió constatar también que el investigador consecuente puede ser al mismo tiempo sujeto y objeto de su propia investigación y experimentar directamente el efecto de sus trabajos. (FALS BORDA, 2015, p.263).

O autor defende, em diferentes momentos, a inserção pessoal do/a pesquisador(a) perante os processos, firmando seu comprometimento com as massas organizadas. Sendo assim, são as massas, enquanto sujeitos ativos, que justificam a presença do/a pesquisador(a) e a sua contribuição para tarefas específicas.

En la investigación activa se trabaja para armar ideológica e intelectualmente a las clases explotadas de la sociedad, para que asuman conscientemente su papel como actores de la historia. Éste es el destino final del conocimiento, el que valida la praxis y cumple el compromiso revolucionario. (FALS BORDA, 2015, p. 283)

Este método aparece como uma tentativa de ressaltar, sobretudo a importância do comprometimento do/a pesquisador(a), ou dos/as intelectuais com os setores populares para a construção de um projeto de transformação radical da sociedade capitalista, pois para o sociólogo Fals Borda, não haveria como alterar as injustiças impostas pelo sistema, sem uma mudança da estrutura latifundiária de concentração de terras predominante na América Latina (BRINGEL e MALDONADO, 2016, p.395)

Na visão de Fals Borda, como destacam Bringel e Maldonado (2016), as ciências sociais deveriam servir para resolver problemas sociais latinoamericanos e não reproduzir

padrões culturais vindos de fora, imposto por uma sociologia de interesses da burguesia nos anos de 1950 a 1970. Sendo assim, a ideia era que a América Latina fosse interpretada a partir da sua própria realidade e não apenas como "objeto de estudo de pessoas e entidades estrangeiras que criam uma imagem particular da problemática latino-americana, vista através de seus próprios marcos e concebida a partir dos vieses conceituais e ideológicos de suas escolas e lugares de origem" (FALS BORDA, 2015, pp.63-64). Significando um pensamento sobre a região, feito na própria região, se preocupando em dar soluções próprias e originais aos principais dilemas sociais da região, se configurando em uma sociologia que não relativiza a sua localização geográfica.

O projeto de extensão Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro

Inspirados em Paulo Freire e Orlando Fals Borda traçamos um balanço da experiência do projeto de extensão Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro nos seus 15 anos de existência. O projeto tem em comum nos seus objetivos a centralidade e protagonismo dos sujeitos do campo na tomada das suas próprias decisões. Portanto, não há intencionalidade em estender um conhecimento exterior, ou substituir uma forma de conhecimento por outra. Como apontam BRINGEL e MALDONADO (2016, p. 400) em uma visão dialógica e de totalidade os saberes e conhecimentos populares são contrastados e conectados ao conhecimento científico-acadêmico através de uma série de dispositivos metodológicos dialógicos.

Ao construir materiais como vídeos e cartilhas, para que sejam utilizados pelos próprios assentados/as e para que estejam disponíveis nas escolas dos assentamentos, buscamos

o resgate da memória da luta pela terra como parte da reafirmação permanente da identidade dos/as trabalhadores/as. Ademais, o contato que os estudantes de graduação mantêm com os trabalhadores rurais sem terra nas visitas periódicas dos acampamentos e assentamentos representa para estes estudantes um aprendizado fundamental para sua formação como cidadãos e educadores.

Tanto as cartilhas, vídeos, quanto a organização das bibliotecas são feitas com a participação dos próprios assentados, com depoimentos sobre a história da ocupação, e no caso da organização das bibliotecas, um assentado fica responsável pela preservação e uso do espaço até para que seja criada uma identidade com os trabalhos desenvolvidos.

O projeto *Bibliotecas Populares*, dada as demandas dos movimentos sociais, atua no resgate e na reafirmação da identidade dos trabalhadores rurais sem terra, contribuindo na mobilização destes para que se apropriem criticamente da posição que ocupam. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens (e mulheres). O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizem. (FREIRE, 1969, p.36)

Contudo, há de se mencionar a necessidade dos cientistas comprometidos com as causas sociais de compreender e interpretar corretamente a realidade, caminhando em direção a um futuro pautado na justiça social. Porém, o trabalho de envolver o conhecimento científico a serviço das transformações sociais vem se apresentando, ao longo das décadas, como um desafio a ser superado.

Consideramos que as ações do *Bibliotecas Populares* seguem os elementos centrais da IAP: (1) a *devolução* sistemática do conhecimento com compromisso e formação de novos conhecimentos; (2) uma comunicação diferenciada, apropriada e simples; (3) uma comunicação respeitosa e dialógica; (4) o diálogo entre distintos sujeitos, numa *soma de conhecimentos acadêmicos e saberes populares*; (5) um ritmo

de trabalho participativo centrado na *reflexão-ação*, sem arrogância e com humildade, utilizando-se técnicas específicas para a *produção coletiva de conhecimento* de fácil compreensão para as *pessoas comuns* (CHICHOSKI & ALVES, 2019: 79).

Todas as ações do *Bibliotecas Populares* são definidas em diálogo com os movimentos sociais. São os movimentos que definem a área onde o projeto se desenvolverá. Da mesma forma, os movimentos apontam dentro dos assentamentos o melhor local para a instalação da biblioteca, se a sede da associação, a escola, ou outro espaço público ou comunitário. Também são os movimentos que definem os responsáveis pela manutenção e desenvolvimento de atividades nas bibliotecas, bem como indicam os/as assentados/as que darão os depoimentos que embasarão a produção dos materiais didáticos. Ao GeoAgrária cabe a elaboração dos materiais didáticos e a devolução deles para a comunidade.

Como destacam Bringel & Maldonado, a metodologia proposta por Fals Borda não é uma camisa de forças, ao contrário, deve ser permanentemente reconstruída diante das dificuldades enfrentadas em cada contexto.

A proposta de Fals Borda nos deixa um legado metodológico fundamental que não deve ser lido, no entanto, como um receituário fechado de trabalho popular, pois a metodologia da investigação-ação é dinâmica, rigorosa e deve ser (re)construída cotidianamente pelo próprio pesquisador-militante diante das necessidades que surgem durante o processo de pesquisa. (BRINGEL & MALDONADO, 2016, p. 406)

Neste sentido, criamos diferentes estratégias de aproximação com as comunidades ao longo do tempo. Em alguns assentamentos, o trabalho foi desenvolvido junto com as ações

do Pronera¹, em outros foi necessário realizar vivências para criar uma relação de mais confiança entre os/as extensionistas e os/as assentados/as.

Ao longo destes anos de projeto foram contemplados os Assentamentos e Acampamentos: Terra Prometida (Nova Iguaçu); Paz na Terra (Cardoso Moreira); Vida Nova (Barra do Pirai); Zumbi dos Palmares (Campos dos Goytacazes); Dandara dos Palmares (Campos dos Goytacazes); Roseli Nunes (Barra do Pirai); Campo Alegre (Nova Iguaçu) e Serra Queimada (Cachoeiras de Macacu). Nos sete primeiros o trabalho foi desenvolvido junto com o MST e no último junto com o MAB. Chegamos a iniciar também o trabalho no Assentamento Osvaldo de Oliveira (Macaé), junto com o MST, mas a crise que se abateu sobre a UERJ em meados da década de 2010 inviabilizou a continuidade do trabalho, em função da distância e do custo relacionado aos deslocamentos até a área. Em todas as oito áreas foi elaborada a cartilha contando a história do assentamento, em três casos foram produzidos também vídeos (Roseli Nunes, Campo Alegre e Serra Queimada) e em seis (com exceção do Zumbi 5 e do Dandara) foram construídas bibliotecas.

No ano de 2018, completados quinze anos de desenvolvimento do projeto, iniciamos um levantamento da situação nos assentamentos onde o trabalho foi realizado, com o intuito de fazer um balanço do projeto. Para tal, seria necessário retornar a todas as localidades mencionadas, entrevistando moradores e coletando depoimentos que nos auxiliassem na retomada dos acontecimentos. No entanto, a execução do planejamento foi bastante comprometida devido a questões estruturais e financeiras que a UERJ enfrentava à

1 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Entre 2006 e 2009 a equipe do GeoAgrária desenvolveu um projeto de alfabetização e escolarização em 24 assentamentos do estado do Rio no âmbito do Pronera e em quatro deles - Paz na Terra, Vida Nova, Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares - realizamos concomitantemente o *Bibliotecas Populares*.

época. Salários e bolsas atrasados há meses, terceirizados em situação precária, ausência de serviços básicos, além da falta de verba para abastecer os veículos da universidade, fizeram com que o cronograma das atividades ficasse totalmente dependente da disponibilidade (ou não) do transporte por parte da UERJ. Mesmo diante das dificuldades impostas, alguns dos trabalhos de campo previstos foram realizados, mas nem todos se concretizaram. Evidencia-se aqui como o desmonte da universidade pública dificulta a realização de ações extensionistas articuladas com os movimentos sociais, num contexto de pressão para que a extensão se torne uma atividade captadora de recursos e aproximação com empresas privadas, ou seja, se converta em canal de subordinação das universidades públicas aos interesses do capital.

Com base nas análises feitas através de depoimentos dos moradores, percebe-se uma semelhança nas bibliotecas construídas nos assentamentos do Norte (Zumbi 5, Dandara dos Palmares e Paz na Terra) e Sul Fluminense (Vida Nova e Roseli Nunes). Houve, segundo as entrevistas, num primeiro momento bastante organização, presença dos moradores e outras atividades. Porém devido a diversos fatores, essa organização e as atividades foram escasseando até serem paralisadas. Fatores ligados a disputas territoriais, políticas ou de dificuldade de conseguir recursos para uma melhor manutenção das bibliotecas ocorreram nesses Assentamentos e acabaram por levar ao fechamento ou reduzida utilização dos espaços.

No Assentamento Paz na Terra, localizado em Cardoso Moreira, por exemplo, a biblioteca foi instalada no casarão que tinha sido a sede da antiga Fazenda Vermelha, onde então eram realizadas as atividades comunitárias do assentamento. Em função de uma enchente a escola municipal que existia no assentamento foi destruída e a escola foi transferida - a princípio temporariamente - para o casarão, levando à desativação da biblioteca para dar lugar às salas de aula. Anos

depois, a escola foi fechada, como resultado da política de fechamento de escolas rurais que tem se generalizado no Brasil nas últimas décadas (ALENTEJANO & CORDEIRO, 2019), mas também da desarticulação dos assentados diante das dificuldades de viver num assentamento em precárias condições, no qual mais de dez anos depois da sua criação problemas básicos de infraestrutura e acesso a crédito ainda não foram equacionados. Com o fechamento da escola o casarão ficou abandonado e não houve organização da comunidade para retomar as atividades comunitárias, entre elas a biblioteca, de modo que hoje não há nem escola, nem biblioteca no assentamento.

No Zumbi 5, localizado em São Francisco do Itabapoana, não foi construída uma biblioteca, pois já existia uma na escola e os assentados consideram que seria melhor fortalecer aquela do que criar outra. Porém, anos depois a escola foi fechada e com ela a biblioteca. Um roteiro bastante parecido, com movimentação no início, atividades, mas após o fechamento da escola em 2017, perde-se a biblioteca. Porém, diferentemente do Paz na Terra, no Zumbi 5 ainda há uma organização comunitária e o espaço da escola fechada pela prefeitura foi ocupado pelos moradores ligados ao MST para a produção de fitoterápicos e fitocosméticos e há uma intenção destes, de que seja construída uma biblioteca nesse espaço.

No Vida Nova, localizado em Barra do Piraí, a biblioteca foi instalada na antiga sede da Fazenda Estrela Branca. No momento da realização do trabalho de campo, a sede estava fechada, assim como a biblioteca. Talvez essa seja a mais difícil de resgatar, devido ao abandono que estava toda a antiga sede, embora os livros estivessem guardados e preservados numa das poucas salas da sede ainda em estado razoável de conservação. Também nesse assentamento o cenário é de muita desmobilização, com pouca articulação atual com o MST, dificultando a reativação da biblioteca, para além das

dificuldades estruturais ligadas ao precário estado de conservação da antiga sede da fazenda.

No assentamento Dandara dos Palmares, não houve instalação da biblioteca na época em que o trabalho foi desenvolvido lá, uma vez que o crédito habitação havia acabado de ser liberado e a atenção das famílias estava concentrada na tarefa de construção das casas. Assim, o único trabalho desenvolvido lá foi a elaboração da cartilha com a história do assentamento. Anos depois o assentamento foi incluído no Programa Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que monta uma biblioteca portátil em assentamentos. Esse espaço funcionou durante algum tempo, com a realização de rodas de leitura e alfabetização de adultos, contribuindo para que os assentados tivessem muitas vezes o primeiro contato com um livro. Inicialmente houve grande empolgação dos adultos com a ideia da alfabetização, mas com o tempo, o projeto foi perdendo força devido ao cansaço dos alunos. Atualmente a biblioteca está defasada, com pouco acervo e muitos livros danificados. Há pessoas na comunidade dispostas a retomar a biblioteca no assentamento com o intuito de incentivar as crianças a criar o hábito de leitura, que, está cada vez mais afetado pelo uso excessivo de celulares entre as crianças do assentamento. A sede do assentamento está bem conservada e lá se desenvolvem atividades de produção de fitoterápicos e fitocosméticos pelo coletivo de saúde, assim como de produção de polpa de frutas por um grupo de jovens.

O Roseli Nunes foi um dos poucos assentamentos onde foram desenvolvidas as três atividades previstas originalmente no projeto: cartilha, vídeo e biblioteca. A biblioteca foi instalada na sala de reuniões da sede do assentamento, funcionou durante muitos anos e os assentados pegavam livros emprestados com frequência, mas por ocasião do trabalho de campo estava desativada. De acordo com as informações dos moradores, quando a sede foi cedida para a moradia temporária de algumas pessoas que estavam se instalando no

assentamento, os livros foram retirados da sala e guardados num quarto para preservá-los. Quando as pessoas deixaram a sede, entretanto, a biblioteca não foi remontada, embora haja espaço para isso e os livros estejam em bom estado de conservação. No assentamento moram vários dirigentes e militantes do MST, mas há tensões internas que tem dificultado as ações comunitárias.

Por dificuldades de diversas ordens não realizamos trabalho de campo em duas áreas onde o projeto foi desenvolvido, Campo Alegre e Terra Prometida. Entretanto, a partir de diálogos com moradores destas duas áreas realizadas em outros espaços é possível traçar algum um panorama, ainda que superficial da situação da biblioteca de cada uma das áreas.

O Terra Prometida foi a primeira área onde o projeto foi desenvolvido, em 2003, quando este ainda era um acampamento e localizava-se em Santa Cruz, município do Rio de Janeiro, em terras pertencentes à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Posteriormente estas terras foram destinadas para a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, à época pertencente à Thyssen Krupp e hoje ao grupo Ternium. Para remover o acampamento o governo estadual comprou três fazendas entre Nova Iguaçu e Duque de Caxias para onde os acampados foram transferidos, criando o assentamento Terra Prometida. Com o longo e conturbado processo de transferência a biblioteca foi desativada e não mais reconstruída. Embora o MST continue atuando na área há fortes tensões internas que dificultam a rearticulação da biblioteca.

Em Campo Alegre, assim como no Roseli Nunes, também foram realizadas as três atividades previstas no projeto. A biblioteca foi instalada em um lote familiar numa casa onde funciona o Centro Cultural João Generino, cujo nome homenageia um dos pioneiros deste que é um dos assentamentos mais emblemáticos da luta pela terra no Rio de

Janeiro, criado em 1984. Na época da instalação da biblioteca eram realizadas no Centro Cultural outras atividades, como oficinas de fotografia e havia ainda a intenção de instalar computadores, mas não sabemos a quantas andam estes projetos. Pelas informações que temos, a biblioteca continua sendo utilizada, mas há um debate entre os assentados no sentido de transferi-la para a sede da Cooperativa que está em processo de revitalização, o que poderia dinamizá-la mais por ser uma área coletiva.

A última ação concretizada do projeto foi desenvolvida no assentamento Serra Queimada, em Cachoeiras de Macacu, uma área adquirida pelos/as trabalhadores/as por intermédio do Banco da Terra. Lá desenvolvemos o trabalho em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que desde 2017 atua na região do vale do rio Guapiaçu em função do projeto de construção de uma barragem que afetaria drasticamente os/as agricultores/as que moram e trabalham no vale, seja os assentados de Serra Queimada, sejam os de outras comunidades, como Vecchi e Ilha Vecchi, Quizanga, que são áreas de colonização criadas nos anos 1960. Também nessa área construímos a biblioteca, elaboramos a cartilha e produzimos um vídeo. A biblioteca foi inaugurada em 2019, numa sala da antiga sede da fazenda que vinha sendo utilizada nas atividades desenvolvidas pelo MAB na região. Porém, com a pandemia de covid-19, nem a sede, nem a biblioteca tem sido mais utilizada. A pandemia também impediu a entrega da cartilha e a exibição do vídeo para os assentados. Quando buscamos a retomadas das ações no pós-pandemia, o MAB não estava mais atuando na região.

Nos últimos anos iniciamos atividades em duas áreas: o acampamento Edson Nogueira em Macaé e o assentamento Irmã Dorothy em Quatis. Entretanto, em ambos os casos, por dificuldades na mobilização da comunidade não concluímos nenhuma das atividades previstas e as ações foram suspensas.

Considerações finais

O balanço dos mais de vinte anos de atividade do projeto de extensão Bibliotecas Populares nos Assentamentos Rurais do Rio de Janeiro indica que quase todas as bibliotecas criadas foram desativadas ou estavam sendo pouco utilizadas, mesmo antes da pandemia de covid-19.

Consideramos que este cenário se deve a três razões básicas: (1) dificuldades organizativas locais que fragilizaram a organização comunitária necessária à continuidade de funcionamento das bibliotecas; (2) a precariedade da política de reforma agrária, que nega aos assentados condições de vida básicas e desestimula a cooperação entre eles, fragilizando ainda mais a organização comunitária; (3) o fechamento de escolas no campo, seja pelo impacto direto sobre algumas bibliotecas que haviam sido criadas nessas, seja pelo desestímulo à continuidade dos estudos e da leitura entre crianças, jovens e adultos.

Além disso, o desmonte da universidade pública, que no caso da UERJ culminou em 2017 com atrasos de salário e bolsas que chegaram a quatro meses acumulados, dificulta o desenvolvimento de atividades de extensão em parceria com movimentos sociais. Sobre tudo nos casos em que o trabalho desenvolvido implica ações continuadas como é o caso das ações extensionistas que seguem a perspectiva freireana e a concepção de IAP, onde a relação dialógica entre extensionistas e as comunidades e movimentos sociais é base do trabalho.

Apesar das dificuldades, seguimos na trilha aberta por Paulo Freire e Orlando Fals Borda, em busca de uma extensão universitária que valorize os sujeitos do campo como protagonistas de suas próprias histórias, combatendo o processo de desmonte e privatização da universidade pública pelas políticas neoliberais e colocando o conhecimento

científico a serviço das causas populares e das lutas pela democratização da sociedade.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo; **CORDEIRO**, Tássia. *80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos*. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo>. 2019.

BRINGEL, Breno; **MALDONADO**, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação / Latin American Critical Thought and Military Research in Orlando Fals Borda: praxis, subversion and liberation. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 389-413, mar. 2016. ISSN 2179-8966.

CICHOSKI, Pâmela & **ALVES**, Adilson Francelino. *A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural*. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 14, n. 34, p. 61-85, dez., 2019.
CORTEZ, Tereza Rebeca Pinto. *O indissociável tripé ensino, pesquisa e extensão na formação do profissional jurista apto a atuar nas demandas sociais*. *Revista Manus Iuris*. Mossoró: Universidade Federal Rural do Semi-Árido. v. 1. n.1. 2020.

FALS BORDA, Orlando Una sociología sentipensante para América Latina / Orlando FalsBorda; antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. — México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015. 492 p. (Sociología y política) ISBN-13: 978-607-03-0679-2

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24)

_____. *Pedagogia do oprimido*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, S. M.; BARBOZA, Douglas Ribeiro; **SILVA**, Matheus Thomaz da. O Significado da Extensão Universitária no Atual Contexto Brasileiro: aportes para o debate. *Interagir (UERJ)*, Rio de Janeiro, UERJ, DEPEXT, v. 04, p. 15-23, 2003.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para que?* São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2017.

WERNER, Patricia Ulson Pizarro. Regime constitucional da educação. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/83/edicao-1/regime-constitucional-da-educacao>